

ALIMENTAÇÃO NO CONTEXTO DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL: BERLIM E SEUS ESPAÇOS DE CULTIVO URBANO

FOOD IN THE CONTEXT OF THE FIRST WORLD WAR: BERLIN AND ITS URBAN CULTIVATION SPACES

Angela Bernadete LIMA*

Resumo: Os diversos aspectos relacionados a alimentação sempre foram foco de análise dos historiadores e, de forma especial nos últimos anos, tem-se buscado associar essa atividade vital com outros elementos relacionados a sua produção e seu consumo. Nesse sentido, este artigo trata de alguns aspectos relacionados a alimentação no contexto da Primeira Guerra Mundial e no pós-guerra na cidade de Berlim na Alemanha. O intuito é evidenciar como os moradores da cidade buscaram alternativas à escassez alimentar que imperava naquele momento e de que formas os espaços urbanos eram utilizados para produção de alimentos, seguindo uma prerrogativa de cultivos urbanos já presente no cotidiano da cidade desde o século XIX.

Palavras-chave: escassez alimentar, agricultura urbana, Primeira Guerra Mundial.

Abstract: The various aspects related to food have always been the focus of analysis by historians and, especially in recent years, efforts have been made to associate this vital activity with other elements related to its production and consumption. In this sense, this article deals with some aspects related to food in the context of the First World War and the post-war period in the city of Berlin in Germany. The aim is to highlight how city dwellers sought alternatives to the food scarcity that prevailed at that time and in what ways urban spaces were used for food production, following a prerogative of urban crops that has been present in the daily life of the city since the 19th century.

Keywords: food shortages, urban agriculture, First World War.

Inicialmente, é preciso destacar que as atividades de agricultura desenvolvidas em meio urbano na Alemanha, e também na capital, Berlim, formam um capítulo à parte na história daquele país. O século XX foi considerado o "século da urbanização", momento no qual a maior parte da população do globo passou a viver em centros urbanos. Tal fato representa uma ruptura com uma história humana em que a maioria dos homens desempenhava atividades agrícolas. Então, passa a ser justificado o interesse de vários campos do conhecimento em estudar a cidade, agora considerada uma forma específica de organização social (BARROS, 2007, p. 7- 8). Considera-se que a atual questão urbana se confunde mesmo com a alimentar, na medida em que a realidade no contexto analisado nos remetem aos debates sobre os problemas de saúde acarretados pela situação dos trabalhadores urbanos, muitos oriundos de zonas rurais onde o acesso a alimentos era favorecido pela própria atividade de plantio que muitos exerciam.

* Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA/UFSC). Professora na rede municipal de ensino / São José-SC. E-mail: angelahstufsc@gmail.com

O fato é que uma ideia, que tomou impulso a partir da ideia do médico Moritz Schreber, da Saxônia, que aconselhava atividades vida ao ar livre como medida alternativa a vida em moradias insalubres típicas das zonas em franca industrialização, acabou sendo fonte de subsistência nas guerras. Hoje, os espaços de cultivo urbano, chamados de pequenas hortas (em alemão *Kleingärten* ou *Schrebergarten* em homenagem ao médico Schreber) possuem diversas funções, sendo uma importante área verde no espaço urbano e ainda um local de lazer e cultivo de plantas. O olhar para estes espaços nos permite entender pormenores e características do ambiente urbano de muitas cidades alemãs. Quem visita a Alemanha pela primeira vez se pergunta do que se trata tantas áreas de ocupação com casinhas e ranchos espalhadas pelo país. Os pequenos lotes arrendados para horticultura e também jardinagem se transformaram em um verdadeiro fenômeno é conhecido sob vários nomes em alemão – "*Schrebergarten*", "*Kleingartenanlage*" ou "*Gartenkolonie*", entre outras denominações.

Assim, a história dos *Kleingärten* (pequenas hortas) insere as práticas de agricultura urbana como componente na história alimentar dos conflitos bélicos na Alemanha, uma vez que garantiram a sobrevivência naquele contexto quando os produtos agrícolas eram extremamente escassos. Tal contexto, nos fornece ainda outros subsídios informativos sobre a alimentação naquele momento, especialmente pela legislação e decretos extraordinários que foram estabelecidos pelo governo. Um ano após o fim da 1ª Guerra Mundial, a Alemanha aprovou uma lei que protege os *Kleingärten*, garantindo taxas de arrendamento justas. De igual modo, na época da Berlim dividida em setores de ocupação, a cidade contava com associações de horticultores urbanos nos dois lados do muro, erguido a partir de agosto de 1961.

No contexto de análise proposto aqui, temos que no período que da Primeira Guerra Mundial a questão alimentar tomou conta da agenda do governo e do cotidiano de muitas cidades europeias. Em Berlim, a existência dos *Kleingärten* permitiu que os habitantes das cidades tivessem um meio adicional de subsistência e um refúgio quando suas casas haviam sido bombardeadas. Nestes períodos o governo adotou vários decretos de emergência com vistas a preservar esses espaços de cultivo e evitar o aumento no valor do aluguel dos mesmos. Era preciso garantir a alimentação mínima, e essas hortas urbanas representavam um significativo percentual do que era consumido localmente.

Além disso, Berlim é uma cidade que passou por grandes modificações urbanas em seu período de revolução industrial tardia. A cidade cresceu e não comportava a todos que a buscavam para trabalhar, sendo os bairros operários um aspecto relevante da cidade. Essa mesma revolução industrial trouxe, em contrapartida, o “divórcio” entre o meio rural

e o urbano, uma vez que no imaginário coletivo tem-se a ideia de que o meio urbano não deve estar misturado ao meio rural e vice-versa. Todavia, uma breve verificação na história é suficiente para saber que a agricultura é algo que nunca deixou as cidades europeias por completo, porquanto, em tempos de guerra, a atividade era amplamente difundida a fim de garantir a boa alimentação dos cidadãos (DEELSTRA *et all.*, 2001).

As colônias de pequenas hortas (chamadas *Laubenkolonie*), situados na periferia da cidade de Berlim, eram um componente importante da classe trabalhadora urbana nas primeiras décadas do século XX, que ocuparam terrenos ociosos para plantar e melhorar sua alimentação, e continuam sendo um aspecto integral cultura urbana na cidade até hoje. Sua popularidade com a população proletária de Berlim também durante a República de Weimar é evidente na abundância de referências em documentos visuais e literários. Tal era sua importância que no pós-guerra foi estabelecida a *Kleingarten- und Kleinpachtlandordnung* (Portaria de Loteamento e Pequenas Propriedades), de 1919, que foi essencial para o reconhecimento legal e proteção dos *Kleingärten* e para as demais diretrizes de funcionamento, aluguel e funções das associações, regulamentação de usos dos espaços, ficando registrado inclusive que as parcelas (como são chamados hoje cada unidade de terreno demarcada) deveriam destinar uma porcentagem para plantio alimentar.

No contexto da Primeira Guerra Mundial, terras ociosas não utilizadas foram confiscadas devido à extrema escassez de alimentos, de modo que frutas e vegetais adicionais pudessem ser cultivados sob o controle do Estado. Somado a isso, a escassez levou a uma maior aceitação das *Laubenkolonie* em Berlim. O momento de crise causado pela guerra possibilitou uma aliança entre as associações da *Laubenkolonie* e os *Arbeitergärten* (hortas dos trabalhadores) geridos pela da Cruz Vermelha, onde formou-se o “*Kriegsausschuß der Groß-Berliner Laubenkolonisten*” (Comitê de Guerra). Pela primeira vez, portanto, houve uma cooperação direta entre as duas organizações no interesse da causa comum. Atráves as ações do comitê, as terras foram alugadas por um valor simbólico, ou simplesmente cedidas pelos proprietários para que fossem loteadas e servissem a uma parte da população devido à situação de fome e guerra.

Em Berlim, o ponto fundamental das ações estava assentado na promoção de acesso às terras de pousio agrícola nos arredores de sua área central ou terrenos ociosos em geral. Primordialmente a direção dos discursos das associações eram de que os desempregados, que inicialmente não podiam pagar o aluguel de uma moradia com terreno, deveriam pelo menos ter terras baratas para o cultivo de alimentos. Nesse aspecto, Renschhausen destaca que no que diz respeito ao provimento de terras para cultivo

alimentar, evidenciou-se a preocupação em dar prioridade as mulheres, pois estas representavam de 60 a 70% da população necessitada (RENSCHHAUSEN, 2002, p. 49).

Portanto, foi somente quando se tratou do interesse do Estado no sentido estrito, que as autoridades se tornaram ativas em solucionar ou amenizar as carências alimentares da população. Assim, imediatamente após o início da guerra, o *Bundesrat des Deutschen Reichs* (Conselho Federal do Reich Alemão) aprovou um decreto em 4 de agosto de 1914, foi concedido o direito de confisco pelas autoridades administrativas. Isso visava permitir que as terras em pousio intensificassem a produção de alimentos. As mulheres, que normalmente ocupavam a maior parte do trabalho na horta e nos lotes, deveriam ser encorajadas pelos canais oficiais a produzir em suas hortas a comida necessária para a nutrição da população. Como sequência da proposta em abril de 1915, por meio da atuação do comitê de guerra, foram mapeadas cerca de 200 hectares de terras não utilizadas em Berlim, onde 3.500 colonos poderiam cultivar seus vegetais. Apesar disso, naquele momento a Câmara dos Deputados concluiu que a demanda por terra ainda era alta e, portanto, fundos deveriam ser necessariamente disponibilizados nesse sentido, além de verba para construir os aquedutos necessários para atender os novos loteamentos de parcelas (LANDESVORBAND BERLIN DER GARTENFREUNDE, 2001, p. 41)

Destaca-se que muitos escritos literários, bem como outras manifestações artísticas desse período nos fornecem a descrição dos efeitos da penúria e da falta de suprimentos alimentares para a população. A situação se agrava a partir de 1915, quando uma significativa parte da população de Berlim começou a sentir mais agudamente os efeitos da organização ineficiente e do bloqueio marítimo, mediante os quais os britânicos impediam a importação de matérias-primas e alimentos na Alemanha (LANDESVORBAND BERLIN DER GARTENFREUNDE, 2001, p. 41). Como consequência, apesar da intervenção empreendida pelas autoridades, não houveram meios de controlar a escassez, e logo registrou-se um aumento nos preços dos gêneros alimentícios, o que logicamente dificultava o acesso aos mais pobres. Tão logo, tem lugar o inevitável racionamento para todos, o que exigia medidas drásticas de controle e a busca por estratégias de distribuição dos poucos alimentos disponíveis. De acordo com Scriba:

Em fevereiro de 1915, Berlim foi a primeira cidade na Alemanha a emitir cartões de “ração” (*Lebensmittelkarte*) para o pão. O *Lebensmittelkarte* era um documento emitido pelo governo que certificava que o proprietário pode comprar uma certa quantidade de alimentos. Logo foram racionados outros alimentos como leite, gordura, açúcar e ovos. Então havia, por exemplo, cartão para receber manteiga, gordura vegetal, mas também cartão para sabão. A ração estabelecida pelas autoridades municipais da capital equivalia, inicialmente, a 2 quilos de pão por semana ou 225 gramas de farinha

por dia, sendo a ração de farinha cortada em breve para 200 gramas. Antes da guerra, o consumo médio per capita da população era de 380 gramas. Até o final de 1915, a maioria dos alimentos da cidade era estritamente racionada. Apesar disso, as quantias a serem compradas de acordo com os cartões de ração não eram suficientes para satisfazer as necessidades calóricas, pois muitas vezes os alimentos que simplesmente não estavam disponíveis eram frequentemente indicados. Os cartões de ração, portanto, não ofereciam nenhuma garantia de que alguém obteria as quantidades indicadas de pão, carne, batatas ou leite, mas apenas indicava que sob nenhuma circunstância poderia obter mais. (LANDESVERBAND BERLIN DER GARTENFREUNDE, 2001, p. 41)

A situação alimentar básica tornava-se cada dia mais complexa e, em muitos casos, exigia criatividade e adaptações. A busca por alimentos favoreceu a aparecimento de práticas de substituição e rearranjos, como o consumo de plantas alimentícias não convencionalmente utilizadas, ou mesmo a diluição do leite e a criação de rações alimentares para substituição nutricional. Se tomarmos como fonte de informação os jornais do período, não raro localizamos relatos da precária situação que só fazia se agravar. Os famintos eram uma constante nos noticiários, que registravam o racionamento e as imensas filas que passaram a fazer parte da cena cotidiana e que ficaram conhecidas como “*Polonaises*” entre os berlinenses. Sobre essas imensas filas e toda aquela atmosfera de disputa por alguns itens para combater a fome, Scriba destaca que nem mesmo começava o dia, a muitos já deslocavam-se para as formar as filas de espera pela abertura dos estabelecimentos na esperança de conseguir alguma coisa para o consumo da manhã seguinte (LANDESVERBAND BERLIN DER GARTENFREUNDE, 2001, p. 42). As filas, portanto, configuravam-se como uma prática comum e cotidiana, que pode ser observada em imagens como esta abaixo.

Figura 1: Fila para obtenção de alimentos, Berlim por volta de 1916.



Fonte: SCRIBA, Arnulf. Berlin in the 1914-1918 War, 2014.

A longa espera exigia o improvisado de assentos e mesmo camas, que poderiam ser de palha ou um simples pano estendido no chão frio. Em uma destas ocasiões, o jornal *Berliner Tageblatt* registrou a situação dos que tomavam coragem de passar a noite nas filas:

“Todos ficam lá apáticos, alguns dormindo em pé, e a luz da lua faz os seus rostos sem cor parecerem ainda mais pálidos. Alguns policiais aparecem e andam de um lado para o outro. Amanhece e novas pessoas se aproximam (...) Finalmente a venda de alimentos inicia. E como resultado: uma metade miserável, ou se tiver muita sorte, um pedaço inteiro de carne, banha ou manteiga para metade dos compradores, enquanto a outra metade tem que ir embora de mãos vazias ”(BERLINER TAGEBLATT, 19.05.1916, p. 5).

Uma das medidas tomadas foi a introdução, em 1915, do chamado “pão de guerra”, uma alternativa emergencial que consistia de farinha de batata e outras porções de farinhas feitas a partir de leguminosas e nabos. Contudo, mesmo com a introdução destes alternativos, a oferta era insuficiente e pouco nutritiva, fatores que contribuíram para o aumento da desnutrição e de outras doenças de deficiência. Portanto, mesmo com as medidas paliativas, a fome era o grande problema, levando muitas pessoas a vasculharem os lixos ou desfazerem-se de seus pertences em troca de qualquer alimento. Além disso, no ano seguinte, registrou-se uma baixa produtividade na agricultura, com colheitas insuficientes e agravadas pela falta de insumos agrícolas e fertilizantes. Conforme Glatzer & Glatzer, a má colheita de 1916 levou ao pior inverno da Primeira Guerra Mundial e no inverno seguinte, o chamado "inverno do nabo", registrou-se que consumo médio de calorias caiu abaixo de 1000 calorias por ração diária (GLATZER; GLATZER, 1983. p. 327).

Figura 2: Mulheres de Berlim vasculham o lixo em busca de restos de alimentos, 1917.



Fonte: Landesarchiv Berlin.

As fotografias desse contexto confirmam os relatos e nos dão a dimensão do desespero e de toda a situação de precariedade alimentar causada pela guerra. Nesse sentido, tanto as enormes filas registradas, como as cenas de pessoas buscando restos em latas de lixo apontam para o grave problema social que se abateu sob a cidade de Berlim, assim como em outras. No cotidiano da cidade, cenas como essa acima tornaram-se rotineiras e apontam para o agravamento da situação, especialmente daqueles que precariamente conseguiam pagar por sua moradia. Portanto, o cenário desolador de penúria está amplamente registrado na documentação e nos escritos desse período, sempre destacando a incansável busca por alternativas de alívio.

Acerca disso, é possível encontrar, por exemplo, o incentivo ao consumo de plantas alimentícias não convencionais (atualmente denominadas pela sigla PANCs) como meio de obter nutrientes e amenizar o aumento de doenças e desnutrição. Em 1914, o *Reichsstelle für Gemüse und Obst* (Departamento de Legumes e Frutas do Império) publicou um folheto ilustrado que apresentava alternativas alimentares de variedades vegetais que poderiam ser facilmente encontradas nos quintais e bosques da cidade. O folheto exibia um título sugestivo “*Deutsche Wilde Gemüse*” (legumes selvagens alemães) e apresenta detalhadas ilustrações de plantas que poderiam ser utilizadas na alimentação, como urtiga, agrião ou dente de leão, destacando seu valor nutricional e quais de suas partes eram comestíveis. A ilustração mostrou-se importante para que a identificação quando da coleta destas plantas alternativas não ocasionasse a ingestão acidental de alguma espécie venenosa ou nociva à saúde.

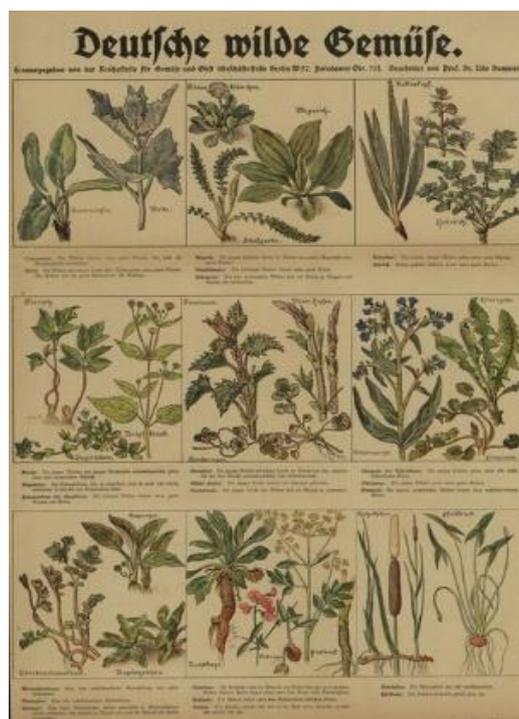
O controle e racionamento do que havia de alimentos, em conjunto com inúmeras práticas de prover alternativas resultava também na publicação de livros de receitas que ensinavam as donas de casa a “esticar os alimentos” ou a substituir alguns itens que já não eram mais encontrados. Alguns itens só eram obtidos por meio dos cartões de

acionamento, é o caso do leite, da gordura, carne e a batata. Frutas e verduras eram muito escassas e o pouco que era produzido nas localidades próximas, muitas vezes eram confiscados pelo governo para o fornecimento racionado ou mesmo para a alimentação das tropas do exército. Tal ação pode ser observada no aviso "*Beschlagnahmung von Obst*" publicado em 16 de setembro de 1916 onde ficava autorizado o confisco de frutas.

Podemos ainda observar, nesse conjunto de medidas oficiais que compreenderam as ações de atendimento e busca pela nutrição da população, mesmo que de forma mínima, a publicação de livros com receitas e recomendações de usos de alimentos igualmente como forma de amenizar a escassez. Alguns exemplares desse período são facilmente encontrados digitalizados em arquivos e mesmo em sites que abordam o contexto de guerra.¹ Tais livros nos permitem o olhar para alguns hábitos alimentares que foram sendo desenvolvidos e que, de certo modo, proporcionaram um novo olhar sobre a vegetação corriqueira e sobre o uso de ingredientes que eram até então desconsiderados. Exemplo é o *Kriegskochbuch* (livro de receitas de guerra), publicado em Berlim em 1915 e que trazia receitas econômicas e baratas, utilizando substitutos ou mostraram como "esticar" os alimentos, ou seja, a partir de alguns ingredientes tentados produzir o máximo possível.

Observa-se, no caso de Berlim, que muitas foram as estratégias que buscavam contornar a falta de alimentos, principalmente os industrializados. No que diz respeito a produção alimentícia no contexto de guerra Pierre-Antoine Dessaux nos informa que se percebeu uma mudança nos hábitos alimentares diretamente ligada aos métodos de abastecimento durante o conflito (DESSAUX, 2018, p. 437). Além disso, o autor destaca o aumento na fabricação de conservas e outros alimentos beneficiados que se destinavam aos mercados internos europeus, são produtos que antes destinava-se muito mais à exportação e que agora também servem ao abastecimento das tropas, que poderia ser muito mais atrativo e lucrativo para as essas indústrias (DESSAUX, 2018, p. 438). O fato é que com a crise generalizada, com o aumento nos preços dos gêneros alimentícios, muitos não possuíam condições de comprar esses alimentos, tendo que recorrer a alternativas variadas.

Figura 3: "Legumes silvestres alemães ". Neste folheto o Departamento de Legumes e Frutas do Reich aponta alternativas de vegetais para compensar a falta de alimentos, 1914.



Fonte: www.gartenbaubuecherei.de

Figura 4: Livro de Receitas de Guerra publicado em Berlim com instruções de nutrição simples e baratas, 1915.



Fonte: Kreis Archiv Warendorf, Altkreis Warendorf Landratsamt.

Mesmo com as tentativas amenizadoras e substitutivas, o fato é que a escassez gerada pela inflação vivenciada na Alemanha causava grande prejuízo a saúde da população. Sobre isso, Scriba destaca os registros do médico Alfred Grotejahn que atuava em Berlim e anotava em seu diário alguns casos que nos permitem conhecer algumas das

consequências da desnutrição. Escreve ele em 1916: “Toda semana o povo de Berlim se parece mais com os mongóis. As maçãs de seu rosto se destacam e, com a perda de gordura, sua pele ficou enrugada” (SCRIBA, 2014, p. 180).

A situação de fome agravou-se no inverno de 1917, quando uma praga atingiu as plantações de batatas e comprometeu drasticamente a colheita. Outras colheitas, como já mencionamos, foram sendo comprometidas e resultaram em uma redução ainda mais acentuada nas calorias consumidas diariamente. Uma das saídas encontradas foi introduzir nabos na alimentação diária, fazendo com que o inverno de 1917 ficasse conhecido como “o inverno dos nabos” Como consequência, registrou-se o aumento no número de óbitos ocasionadas pela fome, números que seguiram em crescimento até o ano de 1919 (SCRIBA, 2014, p. 180).

As medidas de atendimento alimentar precisavam ser mais incisivas. Uma das novas medidas foi o estabelecimento de cozinhas públicas para fazer de sopas e as cozinhas de campo que consistiam de carroças puxadas por cavalos e que circulavam pelas ruas oferecendo refeições com valor acessível ao público. Esta era outra cena que se repetia no cenário urbano. As filas que se formavam ao redor das carroças de sopas, em muitos casos, assemelham-se as filas nos pontos de distribuição de alimentos com cartões de racionamento, era preciso adiantar-se para garantir o alimento. Este cenário agravava em muito todo o funcionamento da cidade, já que, como nos coloca Scriba, a maior parte das pessoas dedicavam maior parte de seu tempo buscando algum alimento ou lenha para o aquecimento (SCRIBA, 2014, p. 181).

Neste momento, pode-se considerar que, aqueles que possuíam um espaços de cultivo ou as pessoas que viviam nas áreas rurais tinham alguma vantagem. Qualquer um que pudesse manter um porco, um ganso ou uma galinha, tinha a oportunidade de comer carne, o que era um grande privilégio. De acordo com Daniel, muitas pessoas das cidades dirigiram para o campo na tentativa de conseguir alguns itens diretamente com os agricultores. Em certa medida, era uma forma de se obter mais facilmente os alimentos que eram ou racionados ou já nem mesmo eram ofertados minimamente. Tornou-se comum ações onde pessoas trocavam suas jóias e objetos de valor por alimentos como carne ou batatas (DANIEL, 1989, p. 24).

Figura 5: Carroças conhecidas como “Cozinha de campo” servindo sopas em Berlim, 1916.



Fonte: Deutsches Historisches Museum.

Os anos de guerra desestruturaram, obviamente, todos os setores da vida. A busca por alimentos, em muitos casos, levava as pessoas ao desespero e a criminalidade, ou ainda a prostituição. São comuns os relatos de roubos e outros crimes cometidos por jovens durante o período de guerra. Soma-se a isso, um aumento significativo da prostituição e dos protestos para que alguma providência fosse tomada pelas autoridades. Registrava-se, ainda, um aumento no número de suicídios entre os jovens desempregados (DANIEL, 1989, p. 24).

A situação de penúria exigia ações em várias frentes. No que diz respeito aos espaços para cultivos, em abril de 1916, o governo do *Reich* interveio, declarando que os limites máximos dos arrendamentos deveriam ser observados, os limites para as despejos e a obrigação das cidades de prover terras para alocação. Para atender e auxiliar neste propósito, foi criada a *Zentralstelle für den Gemüsebau im Kleingärten* (Escritório Central para Cultivo de hortaliças nas Hortas de Loteamentos) cujo presidente era Alwin Bielefeldt. O escritório central forneceu consultoria especializada, organizou as atividades de locação e distribuiu subsídios estatais. Assim, as condições difíceis da guerra foram dois pré-requisitos essenciais para o desenvolvimento adicional da horticultura em loteamentos na Alemanha e em Berlim. Por um lado, por causa da população faminta, o estado estava ciente da importância dos lotes de alimentos e foi forçado a intervir por razões de manutenção da estabilidade política, por outro, as duas grandes associações de hortas em Berlim se aproximaram, mesmo com as discordâncias.

base para restringir o sistema de arrendamento geral e proteger os funcionários do setor de busca de lucros (LANDESVERBAND BERLIN DER GARTENFREUNDE, 2001. p. 45). Além disso, em 17 de outubro de 1917, a proteção contra demissões foi prescrita para as parcelas que haviam sido criadas em antigos terrenos abandonados. Deveria ser evitado que os preços do arrendamento fossem impulsionados pela especulação. Esta foi a primeira vez em que o preço do aluguel, ao qual os colonos foram constantemente expostos antes da Primeira Guerra Mundial, foi bloqueado.

De igual modo, a empresa ferroviária por meio da *Eisenbahn-Landwirtschaft* (Agricultura de Estradas de Ferro) empreende ações amenizadoras no contexto bélico e procede disponibilizando quase todos os metros quadrados de terreno que estavam ociosos às margens de suas linhas, contribuindo assim para assegurar o sustento dos trabalhadores e as famílias, principalmente aquelas ligadas ao setor ferroviário, em várias cidades alemãs. A administração do mesmo modo promoveu "seus" funcionários-agricultores, fornecendo apoio financeiro para a compra de animais (porcos, ovelhas, cabras, aves silvestres). Numa espécie de simbiose, os proprietários e inquilinos complementavam-se de tal modo que todos conseguissem e mantivessem suas próprias vantagens.

A derrota na Primeira Guerra Mundial e os eventos revolucionários de 1918 puseram fim à monarquia e levaram à formação da República de Weimar em 1919. Em 1920, com base na lei de 27 de abril, o novo município da Grande Berlim foi estabelecido, a partir disso passa a contabilizar 3,8 milhões de habitantes e um novo mapa, como veremos adiante. Neste contexto, em meio as dramáticas mudanças políticas ocorridas, que são explicadas obviamente pela derrota na guerra, trouxe uma enorme recessão econômica, perdas financeiras e destruição de boa parte da infraestrutura do país. A nova situação também afetou drasticamente a oferta de empregos e distribuição de bens essenciais, tudo isso sem mencionar as pesadas condições impostas ao país ao assinar o *Tratado de Versalhes*, documento que formalizava sua rendição aos aliados. A Alemanha estava mergulhada no caos político e social.³ Após os anos de fome durante a guerra e o período pós-guerra, a motivação social para apoiar as atividades de hortas em loteamentos adquire grande motivação.

A escassez de alimentos colocou as parcelas, com suas possibilidades de autossuficiência, no centro das atenções das instituições públicas e estatais. A legislação teve que levar isso em conta. Assim, vários decretos de emergência foram emitidos durante a guerra. Essas demandas tiveram sua resposta em 1919 com a aprovação da *Kleingarten und Kleinpachtlandordnung* - KGO (Portaria de Loteamento e Pequenas

Propriedades) a primeira lei estadual que regulamenta os *Kleingärten* que foi incluída na rede de espaços livres da cidade. A nova norma confiava às autoridades locais a responsabilidade de garantir as infraestruturas de acesso, fornecendo novas terras, estabelecendo rendas para longo prazo através de contratos com associações, e definir uma renda acessível, valorizada sobre o preço das terras agrícolas. Em cidades como Hannover ou Frankfurt, são estabelecidas comissões municipais para a promoção de *Kleingärten* durante esses anos.

O Artigo 1º da Portaria de 31 de julho de 1919 declara que “Para fins de exploração não lucrativa de hortaliças, parcelas de terras podem ser alugadas a uma taxa não superior àquela estabelecida pela autoridade competente. A determinação do aluguel depende das circunstâncias locais, da produtividade da terra e da recomendação de especialistas. Esta definição estabelece que a parcela de terra alugada que não se destina ao uso comercial. A portaria estipulava também que em cada parcela, um terço deveria ser destinado a vegetais; um terço para frutificar; e o último terço a flores, grama e o pequeno galpão. Embora esta estipulação não esteja incluída no texto do KGO, reflete a prática de muitos lotes alemães.

A legislação que atuava no sentido de proibir o arrendamento comercial, deu a possibilidade do arrendamento compulsório como atribuições da autoridade administrativa. Além disso, exigia a fixação de preços de arrendamento pela autoridade administrativa, colocar a irrevogabilidade do contrato de arrendamento e o estabelecimento de escritórios de nomeação. Em 1º de outubro de 1919, o governo do *Reich* decretou em uma circular a sistemática fundação dos *Kleingartenämtern* (Escritórios de Loteamentos), que cumpriria a função da autoridade administrativa inferior, como era pretendido na KGO. Os *Kleingartenämtern* ficariam responsáveis por: fixar os preços das locações de terrenos para cultivos, monitorar os contratos em andamento, estabelecer locação obrigatória quando fosse necessário, desenvolver e distribuir novos terrenos, estabelecer um centro de verificação para parcelas vagas, manter uma central de informações em todas as questões relativas a horticultura e jardinagem e estabelecimento de locações modelo.

Percebe-se que com o estabelecimento de uma legislação o estado oferecia segurança jurídica aos horticultores organizados para lidar com proprietários de terra e autoridades administrativas. Como o contrato de arrendamento mercantil geral foi suspenso, o arrendamento compulsório dos lotes permitidos e a fixação dos preços de locação prescritos, a lei foi o primeiro passo decisivo para assegurar e manter os agora mais comumente chamados *Kleingärten*, e suas provisões deram um impulso sem

precedentes ao movimento de hortas de loteamentos após 1919. Entende-se este como um importante componente para o regulamento das associações de horticultura de loteamentos. O tom dos discursos dava conta de que a situação exigia que oportunidades de melhoria alimentar fossem oferecidas a população em geral.

As intenções eram tanto econômicas, como sociais e de saúde. Assim, defendia-se que aqueles que desejassem, deveriam ter a oportunidade pelo menos 600 metros quadrados para poder gerar sua própria demanda por batatas e legumes. Sobre esse aspecto, o arquiteto de áreas verdes Leberecht Migge, assim como outros do período, realizou levantamentos e calculou que em 600 metros quadrados era possível produzir uma significativa quantidade de batatas e legumes. No entanto, Renschhausen chama a atenção para o fato de que a *Verband der Berufsgärtner* (Associação dos Horticultores Profissionais), no entanto não via com bons olhos essa medida, uma vez que eram comerciantes e não queriam permitir vendedores adicionais de vegetais nos mercados semanais da cidade (RENSCHHAUSEN, 2002, p. 57).

Enquanto isso, e apesar de todos os esforços das autoridades municipais, as *Laubenkolonie* não regulamentadas continuaram a prosperar. Sua preponderância no final dos anos vinte e início dos anos trinta, durante a qual se estimava que até 160.000 famílias de Berlim viviam nestes espaços (HOBBS, 2010, p. 223), serve como um lembrete de que, apesar das intenções dos social-democratas de transformar as colônias de horticultores em uma busca de lazer sanitária para o operário e sua família, as necessidades mais urgentes de um teto sobre a cabeça e de alimentação diária significavam que as *Laubenkolonie* – consideradas um retrocesso aos primeiros anos da expansão industrial de Berlim - continuavam a rivalizar com as intenções de modernização urbana nos limites da cidade.

Ao estudar sobre as classes trabalhadoras de Berlim, Hobbs chama a atenção para riqueza das relações sociais da classe trabalhadora urbana que caracterizava as primeiras décadas do século XX, muito representada e retratada por artistas, cronistas e jornalistas da época, práticas que já eram bem vistas nas cidades (HOBBS, 2010, p. 291). Havia nestes espaços ocupados pelos trabalhadores uma intrincada rede de relações muitas vezes não percebidas num primeiro olhar, mas que ao serem analisadas mais atentamente, nos revelam rearranjos diversos. Fadigas, observa que é bastante comum reconhecer a continuidade ou mesmo uma resignificação de aspectos da vida rural que contribuem para amenizar a pressão existente nas cidades e que, em muitos casos atraem aqueles que não pertencem diretamente a estes espaços e tradições (FADIGAS, 2010, p. 100-101).

Nesse sentido, não se pode desconsiderar que os espaços ocupados pelas *Laubenkolonie*, predominantemente em terras na zona periurbana de Berlim, eram uma espécie de cinturão agrícola, onde as práticas rurais resistiam e eram ressignificadas sob o atento olhar da metrópole em construção. Algumas tradições e costumes eram mantidos e, de certa maneira, representavam aspectos da vida cotidiana daqueles trabalhadores. Podemos citar com principal exemplo a *Erntefest* (Festa da Colheita), que comemoravam a produção agrícola e que reuniam tanto pessoas das *Laubenkolonie* como moradores das áreas centrais que por algum motivo simpatizavam com aqueles costumes. Há registros de festas da colheita ocorrendo também nas outras formas de hortas de loteamentos da cidade. A existência dessas festividades causava grande interesse, sempre atraindo um significativo número de participantes. Eram justamente a continuidade e a adesão popular a estes tipos de tradições que despertavam o interesse da imprensa e de fotógrafos, que buscavam registrar aqueles modos de vida que contrastavam com a modernidade desejada especialmente pela burguesia urbana.

O resultado das incursões da imprensa nas festividades das colônias de horticultura são registros da rica sociabilidade ali vivenciada entre todos e permeada por uma solidariedade comunitária especial. As fotografias nos fornecem um aporte documental de extrema relevância para compreender a dimensão social experimentada nestes espaços. Torna-se curioso, no entanto, pensar que os registros fotográfico das festividades rurais causavam interesse nesse contexto industrial, justamente quando a fotografia adquire maior importância. Sobre isso, Sontag defende a ideia de que industrialização da tecnologia de câmeras fotográficas democratizou o seu uso e o permitiu o registro de variados temas através das imagens. Aliás, ela ainda afirma que “foi apenas com a industrialização que a fotografia adquiriu a merecida reputação de arte” (SONTAG, 2004, p. 18). O fato é que a modernidade nos registros possibilitou a documentação de vários aspectos vivenciados entre os proletários relacionados aos seus costumes alimentares em suas festividades, e permitem um olhar aprofundado, para além da superfície observada.

No ano de 1923, por exemplo, a comunidade da *Laubenkolonie* de *Tempelhofer Feld* organizou uma festa da colheita voltada para os idosos da comunidade circundante. O fotógrafo Willy Römer registrou o evento que teve significativa participação. Sobre a festa, Sahn destaca as práticas de solidariedade, onde houve a preocupação em proporcionar divertimento aos idosos – muitos viúvos ou sozinhos – bem como compartilhar parte da colheita de batatas, verduras, abóboras e frutas. Ao final dos

festejos, voluntários ajudavam os idosos a empacotar e a carregar sua “prenda” para casa por meio de carrinhos de mão ou pequenas carroças (SAHN, 2001, p. 23).

Do mesmo modo, as fotografias nos permitem afirmar que as festas da colheita não estavam restritas exclusivamente às *Laubenkolonie*, e muitos moradores nos cortiços densamente povoados nas áreas mais urbanizadas igualmente celebravam a ocasião. Sobre estas festividades, não está claro se a comemoração da colheita pelos habitantes de Berlim foi um aspecto da introdução de costumes rurais na cidade por migrantes agrícolas, ou compreendeu parte de um reconhecimento mais profundo e histórico da importância da colheita entre as regiões predominantemente agrícolas da cidade. Quaisquer que fossem suas origens, os “*festivals de cortiços*”, como eram conhecidos, compartilhavam semelhanças com os que ocorriam nas colônias e sugeriam um certo nível de adaptação dos costumes rurais ao ambiente urbano.

São elementos de uma cultura que permanecia, mesmo com as mudanças operadas naqueles espaços. Acerca da cultura, Marilena Chauí nos convida a uma reflexão a partir do próprio termo, “cultura”, para compreender a sua dimensão, pois: “Se formos às origens da palavra cultura, veremos que ela significa cultivo, cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura” (CHAUÍ, 2006, p. 129). Nesse sentido, a busca por manter viva uma cultura é uma ação que conduz a plena realização das potencialidades de um indivíduo. E, embora o conceito adquira significados outros no decorrer do tempo, tendo sido mais tarde associada a ideia de progresso de uma sociedade, onde o avanço capitalista, como coloca Chauí, proporciona a essas um estágio de desenvolvimento necessário a civilização (CHAUÍ, 2006, p. 129).

No entanto, já na segunda metade do século XX tal modo de pensar a cultura dá lugar a perspectiva de singularidade, onde as estruturas específicas passam a ser o ponto de análise. Por outro lado, no cenário alemão, estas prerrogativas já estavam presentes desde o século XIX, onde:

(..) a cultura passa a ser entendida como criação coletiva da linguagem, da religião, dos instrumentos de trabalho, das formas de habitação, vestuário de culinária, das manifestações do lazer, da música, da dança (...) dos valores e regras de conduta, dos sistemas de relações sociais (...) A partir de então, a cultura é compreendida como campo na qual uma comunidade institui as relações entre seus membros e com a natureza, conferindo-lhes sentido ao elaborar símbolos e signos (...) (CHAUÍ, 2006, p. 130-131).

O que buscamos chamar a atenção com isso é a continuidade, tanto dos aspectos de ruralidade nas práticas, como das sociabilidades que serviam de elemento de coesão comunitária e que foram captados nas imagens que veremos a seguir, onde destaca-se o

partilhar em conjunto com o lazer e o resultado do trabalho com a terra, o alimento. Todas estas cenas e elementos nos permitem retomar aqui as análises de Thompson no que diz respeito as classes trabalhadoras que, apesar de estarem sujeitas às péssimas condições em seus locais de trabalho e em suas moradias naquele contexto industrial, não deixavam de lado aquilo que lhes conferia uma identidade cultural. Ou seja, Thompson corrobora com a ideia em sua análise sobre a formação das classes operárias, quando destaca a continuidade de costumes rurais nos ambientes urbanos onde os trabalhadores vivem e ressignificam as suas experiências, essas permeadas pela noção de cultura e costume (THOMPSON, 2011. p. 17). Ainda sobre as manifestações culturais e suas permanências e debruçando-se sobre uma sociedade pré-industrial, Thompson em sua obra “*Costumes em Comum*”, destaca que mesmo em um ambiente onde o comércio e o crescimento de uma economia baseada no mercado e na produção, “(...) poucos rituais sobreviveram com tanta força (...) quanto a parafernália do festejo do término da colheita, com seus amuletos e ceias, suas feiras e festivais”(THOMPSON, 1998, p. 201).

Considerando particularmente o contexto alemão, observa-se que muitas práticas permaneceram em diversos espaços das cidades. No caso de Berlim, os registros fotográficos de Willy Römer nos permitem perceber visualmente essa continuidade, mesmo com a intensificação urbana. Römer viveu aqueles anos iniciais do século XX e seguiu realizando importante registro da cidade também no período das guerras mundiais. Suas fotografias nos permitem visualizar em muitos detalhes aquilo que as fontes por vezes apenas mencionam superficialmente. O fotógrafo, de certo modo conta-nos um pouco da história urbano-rural de Berlim ao fotografar as pessoas simples na busca da sobrevivência alimentar por meio da agricultura (LIMA, 2019, p. 137).

Figura 7: Festa da Colheita para idosos na *Laubenkolonie Tempelhofer Feld*, 1923.



Fonte: Willy Römer – Kunstbibliothek SMB.

Além do partilhar alimentos colhidos, a paisagem transformada, a degradação ambiental associada a sobrevivência é exaltada também pelas fotografias de Willy Römer e outros, apontando para uma ruralidade de vários espaços urbanos. Isso revela que a ênfase na produção de vegetais e legumes é retomada, especialmente no pós-guerra. A permanência de ruralidade e de muitas atividades que costumamos entender como estranhas ao meio urbano, foram fundamentais para a sobrevivência de muitas pessoas. Do mesmo modo, as buscas pela mínima subsistência alimentar nesses momentos de escassez favorecem, ainda, a retomada de saberes que no ambiente das cidades foram sendo esquecidos ou abandonados em face das condições de vida de muitos, que viviam em habitações pequenas e insalubres.

Essas atividades de cultivo alimentar estavam, portanto, atreladas a outras atividades laborais e com as dinâmicas presentes na cidade em crescimento, caso de Berlim. Isso significa que a resiliência presente nesses momentos de perda material e social, a alimentação e a busca por sua melhoria sejam elemento fundamental de observação e estudos em várias perspectivas. Considerando os aspectos aqui apresentados, podemos afirmar que a alimentação serviu de mote para que uma série de legislações e readequação nos usos da cidade, um debate amplo e que merece o olhar dos historiadores.

Entendo os estudos sobre a história da alimentação como atrelados ao da história do abastecimento, Maria Yedda Linhares destaca a necessidade de os historiadores associarem estes dois temas levando em conta ainda os aspectos da história agrícola, dos modos de cultivo, e da forma como os espaços são organizados para isso. Além disso, a questão do consumo urbano, as políticas e as mentalidades devem permear as análises, que podem nos ajudar a compreender as crises de abastecimento vinculadas as estruturas sociais vigentes em cada contexto (LINHARES, 1979, p. 21-25). No caso de Berlim, entender o processo vivenciado no contexto da Primeira Guerra e no pós-conflito no que concerne à alimentação e seu provimento, nos ajudam a conhecer muitos dos aspectos da história das práticas agrícolas existentes na cidade desde o século XIX.

As diversas manifestações de agricultura urbana nas cidades colocam em destaque a necessidade de debates sobre por que motivos, durante muito tempo e em diferentes correntes de discursos, práticas de agricultura foram denominadas como estranhas ou não adequadas ao ambiente urbano. No caso de Berlim, observa-se os espaços ocupados pelas diversas associações de hortas como componente da paisagem naturalizados e que movimentam um significativo número de pessoas, eventos, economia local de jardinagem, estudiosos e pesquisadores de diversas áreas, práticas de educação ambiental,

e de forma muito especial nos debates sobre melhoria alimentar e acesso a uma alimentação saudável. Estes espaços nos ajudam a entender a cidade, mostrando potencialidades na relação entre rural e urbano uma vez que nos mostram que podem coexistir e complementarem-se em benefício dos cidadãos

Considerações finais

Pensar sobre alimentação, no contexto abordado neste artigo, nos permite compreender igualmente o uso dos espaços para sua produção. Por outro lado, pensar a ocupação dos ambientes citadinos nos leva a afirmar que a urbanização não planejada se apresenta como um dos principais problemas da humanidade. Acerca disso, alguns levantamentos e projeções estimaram que, para o ano de 2015, mais de 26 cidades em todo o mundo estariam com mais de 10 milhões de habitantes. Para alimentar essa população, de acordo com a *Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura* (FAO), seria necessário importar pelo menos 6.000 toneladas de alimentos por dia. Dessa crescente urbanização, além do fornecimento de alimentos, resultam outros problemas como a preservação ambiental e a oferta de empregos. A associação quase instantânea que é feita entre agricultura e meio rural pode levar a uma impressão de incompatibilidade entre agricultura e meio urbano. Esses dados nos permitem compreender que a intrincada relação entre espaços urbano e produção alimentar segue sendo um desafio. Logicamente que o contexto atual é diferenciado daquele da Primeira Guerra Mundial. Contudo, a questão alimentar permanece evidenciando a complexidade dos circuitos de abastecimento, produção e consumo.

Na atual conjuntura em que vivemos facilmente percebemos que a natureza, e a produção de alimentos por meio da agricultura de certo modo, “luta” para fazer parte das cidades. Pensar na geografia das cidades pela natureza presente nela nos remete a problematizar a própria constituição histórica das cidades. Nos possibilita ainda refletir acerca da importância que espaços de hortas e plantio adquirem hoje, quando tem sido cada vez mais discutido a possibilidade e necessidade de sua ampliação nos espaços urbanos. Observa-se que vem se popularizado uma maneira biológica de ver o mundo, especialmente pensando as ocupações humanas. O que fica evidenciado no olhar “natureza e cidade”, é a existência de tentativas de trazer ao urbano os aspectos positivos e necessários a boa saúde, e que eram tidos como elementos facilmente encontrados nos espaços rurais. Todo esse debate sempre nos remete a refletir sobre a forma como nos alimentamos, muitas vezes desconectados do percurso que os alimentos fazem até chegar em nossa mesa.

Quando consideramos a agricultura urbana de modo geral, ou seja, para além dos exemplos aqui apresentados e outros onde existem projetos e organizações envolvidas, percebe-se que em muitos casos ela está invisibilizada, ocorrendo em locais periféricos, por populações de baixa renda. Em muitos dos casos, a ausência de uma organização local e governamental, faz com que as atividades de cultivo e até criação de animais não apareçam aos olhares lançados sobre a cidade. Em outros casos, o plantio de alimentos nas cidades está relegado as áreas de resistência frente a urbanização, onde seus praticantes são agricultores emigrados que no espaço urbano empregam-se em outras profissões. Por conta disso, é preciso que existam políticas públicas que se ocupem do tema do abastecimento alimentar, sistematizando as questões de soberania alimentar e nutricional. Faz-se necessário olhar para as necessidades de abastecimento, de crescimento urbano colocando em diálogo essas ações. Isso para que essas práticas não fiquem relegadas a uma elite.

Trata-se de uma tradição, visto que, no caso alemão, a horticultura em meio urbano possui mais de 200 anos de existência. Essas práticas foram adotadas por todos os países de língua alemã, e agora existem milhares de áreas com pequenos lotes de horticultura nas cidades da Alemanha, Áustria e Suíça. Tais iniciativas, que parecem pequenas e locais num primeiro momento, ultrapassam a prática do cultivo e criam representações para uma nova mentalidade na relação com o espaço urbano e seus ocupantes. Embora seja importante, não se trata apenas da questão alimentar, e sim da ação coletiva em dar novo uso ao espaço de forma coletiva. E por mais que estas e outras iniciativas similares não promovam, nem também pretendam, transformar radicalmente a sociedade, acabam por criar uma cartografia mínima de uma cidade por vir, mais democrática e participativa.

Por fim, considerando as diferentes situações extremas vivenciadas já pela humanidade, torna-se interessante ponderar que a produção alimentar em espaços urbanos tornaria os circuitos de abastecimento mais curtos. Nesse sentido, pensando em escala reduzida, precisamos valorizar as pequenas ações de produção alimentar, que demonstram a busca por uma alimentação mais rica e saudável, e com isso transcendemos a ideia de elitização de ações de agricultura urbana, considerando ações como as hortas comunitárias e outros movimentos de ocupação urbana que ganham força em diferentes lugares do mundo, muitos surgidos em outros contextos de crise. São manifestações históricas e atuais que chamam a atenção para os significados da produção alimentar por meio da agricultura e todas as reconexões que ela possibilita, resgatando saberes

ancestrais, compartilhando e agregando muitos elementos que o espaço urbano foi perdendo ao longo do tempo.

Referências

BARROS, José D' Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis: Vozes, 2007.

Berliner Tageblatt, Berlin, 19.05.1916.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural – O direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

DANIEL, Ute. *Arbeiterfrauen in der Kriegsgesellschaft. Beruf, Familie und Politik im Ersten Weltkrieg*, Kritische Studien zur Geschichtswissenschaft, 84. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht; Göttingen, 1989.

DEELSTRA, T.; GIRARDET, H. Urban agriculture and sustainable cities. In: BAKKER, N.; DUBBELING, M.; GÜNDEL, S.; SABEL-KOSCHELLA, U.; ZEEUW, H. 109 (Ed.). *Growing cities, growing food: urban agriculture on the policy agenda*. Feldafing: Deutsche Stiftung für Internationale Entwicklung, 2001.

Ein starkes Stück Berlin, 1901 – 2001: 100 Jahre organisiertes Kleingartenwesen in Berlin, hrsg. vom Landesverband Berlin der Gartenfreunde e.V. Berlin: Verlag W. Wächter, 2001.

DESSAUX, Pierre-Antoine. *Les industries alimentaires et la Grande Guerre* In : *L'industrie dans la Grande Guerre : Colloque des 15 et 16 novembre 2016* [en ligne]. Paris: Institut de la gestion publique et du développement économique, 2018.

FADIGAS, Leonel. *Urbanismo e Natureza - Os desafios*. Lisboa: Edições Silabo, 2010.

FELZ, Sebastian. Rivalisierende Regulierungsrationalitäten. Die Diskussion der Wohnungsfrage im „Verein für Socialpolitik“ und im „Bund deutscher Bodenreformer“ um 1900. In: COLIN, P.H. (org.). *Treffräume juristischer und ökonomischer Regulierungsrationalitäten - Studien zur europäischen Rechtsgeschichte*. Veröffentlichungen des Max-Planck-Instituts für europäische Rechtsgeschichte Frankfurt am Main. Band 286. Klostermann, Frankfurt am Main. 2014.

HOBBS, Mark. *Visual representations of working-class Berlin (1924-1930)*. PhD Thesis, University of Glasgow, 2010.

LIMA, Angela Bernadete. *Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)*. 2019. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

LOUREIRO, Isabel. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: UNESP, 2005.

MERKBLATT. *Zentralstelle für den Gemüsebau im Kleingarten*. 1918. Acervo Deutsches Historisches Museum, Berlin.

RENSCHHAUSEN, Elisabeth Meyer. Von der Kleinbäuerin zur Kleingärtnerin - Der Nutzgarten in der Hauswirtschaft in Mitteleuropa im 19. und 20. Jahrhundert. In: HUBENTHAL, Heidrum / SPITTHÖVER Maria (org.). *Frauen in der Geschichte der Gartenkultur*. Band 1. Universität Kassel, 2002.

SAHN, Karin. *100 Jahre Berliner Laubenkolonisten – Die Anfänge*. Leipzig, DKM, 2001.

SCRIBA, Arnulf. Berlin in the 1914-1918 War. In: *Cahiers Bruxellois – Brussels Cahiers*, vol. XLVI, no. 1E, 2014, pp. 173-188.

SONTAG, Susan. *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

¹ Os livretos aqui citados, assim como outros de mesmo teor, podem ser encontrados nos seguintes arquivos: [Universitätsbibliothek der Technischen Universität Berlin](https://www.europeana.eu/), no site da <https://www.europeana.eu/>.

² O *Deutscher Bund für Bodenreform* foi uma associação reformadora social com o objetivo de reforma agrária. Foi fundado em 1898, renomeado no mesmo ano na *Bund Deutscher Bodenreformer*. Um importante expoente do movimento de reforma agrária alemã foi Adolf Damaschke. Em 1913, Damaschke publicou suas ideias sobre a reforma agrária que se tornaram a base da Lei de Reforma Agrária de 1920. Ver: FELZ, 2014, pp. 139–164.

³ Para mais informações, ver LOUREIRO, 2005.